

MERCADOS



Com foco no fiscal, Bovespa inicia semana em baixa de 0,38%

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) iniciou a semana em baixa pela quinta sessão consecutiva, tendo saído dos 135 mil pontos no mais recente fechamento positivo, no dia 16, para o nível de 130 mil pontos. O Índice Bovespa (Ibovespa) oscilou entre 130.099,62 pontos, na mínima, e 131.065,44, na máxima da sessão correspondente à abertura.

Ao fim, mostrava perda de 0,38%, aos 130.568,37 pontos, com giro financeiro a R\$ 19,6 bilhões. No mês, o Ibovespa recua 4%, colocando a queda no ano a 2,7%. A série negativa, que consumiu até aqui 4,5 mil pontos, é a mais longa desde a virada de maio para junho, quando o Ibovespa encadeou seis perdas diárias.

Mais uma vez, a Bolsa brasileira caminhou em direção contrária a de Nova York, onde os principais índices mostraram leves ganhos, hoje, entre 0,14% (Nasdaq) e 0,28% (S&P 500). Na B3, o desempenho de Vale (ON +0,31%) e Petrobras (ON +1,26%, PN +1,02%) foi decisivo para mitigar as perdas do Ibovespa, apesar do sinal negativo tanto do minério de ferro como do petróleo na sessão. Na ponta ganhadora nesta

segunda-feira, destaque para Santos Brasil (+16,44%), WEG (+3,43%) e Embraer (+2,20%). No lado oposto, Yduqs (-5,34%), Usiminas (-4,76%) e Vibra (-4,04%).

O desempenho de Vale e Petrobras foi essencial para contrabalançar o efeito negativo das ações de grandes bancos, que chegaram ao fechamento com perdas na casa de 2% para Bradesco (ON -2,42%, PN -2,58%) e Santander (Unit -2,17%).

DÓLAR

O dólar à vista encerrou a sessão de ontem, em leve alta, refletindo, sobretudo, a manutenção na taxa de câmbio de prêmios de risco associados ao quadro fiscal doméstico.

Na abertura dos negócios, a moeda, que havia fechado na sexta-feira em alta de 1,78%, ensaiou uma nova arrancada, aproximando-se do nível de R\$ 5,60 na máxima (R\$ 5,5979).

Com mínima a R\$ 5,5279, o dólar terminou o pregão em alta de 0,26%, cotado a R\$ 5,5353. Apesar de duas sessões consecutivas de valorização, a moeda americana ainda apresenta queda de 1,77% em setembro. No ano, o dólar acumula ganhos de 14,05% em relação ao real.

CNC

CRISTINA INDIO DO BRASIL/ A BRASIL

A Intenção de Consumo das Famílias (ICF) caiu 0,3% em setembro. O resultado foi divulgado ontem pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que apura mensalmente o indicador. Na avaliação dos pesquisadores, a queda reflete uma piora na avaliação sobre a perspectiva profissional, que apresentou recuo de 0,4%, e sobre o acesso ao crédito ao cair 1,3% no mês.

De acordo com a pesquisa, a redução mais significativa ocorreu entre as famílias de maior renda e o público masculino. Nesses dois segmentos, as percepções do mercado de trabalho e de consumo futuro pioraram.

A CNC destacou que apesar do recuo, o indicador ainda ficou em 103,1 pontos, o que significa permanência acima do nível de satisfação e maior patamar desde março deste ano. Naquele momento alcançou 104,1 pontos.

Mesmo com aumento de 0,4% na avaliação sobre o emprego atual, o que mostrou sinais de melhora, a desaceleração na criação de empregos e a incerteza econômica resultaram em uma retração de 0,4% na perspectiva profissional. Para o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José

Roberto Tadros, a cautela das famílias continua. "O saldo positivo do mercado de trabalho anima os consumidores no curto prazo, mas a cautela quanto ao futuro permanece", diz nota divulgada pela CNC.

A entidade lembrou que o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de julho "também revelou um aumento no volume de assalariados, com crescimento acumulado de 3,9% nos últimos 12 meses".

CRÉDITO

A pesquisa indicou ainda que o mercado de crédito sofreu influência da maior pressão inflacionária e das incertezas fiscais. Com isso o crédito se tornou mais restrito, levando a uma retração de 1,3% no sub indicador que mede a satisfação com o acesso ao crédito. A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), também produzida e já divulgada pela CNC, apontou que o número de famílias incapazes de pagar suas dívidas subiu em agosto e refletiu negativamente na avaliação do momento para compra de bens duráveis, que apresentou queda de 1%.

O economista-chefe da CNC, Felipe Tavares, considerou que o crédito ficou menos acessível com o panorama apontado na pesquisa. "Com o cenário mais desafiador para o crédito e o au-

mento da inadimplência, o mercado se tornou menos acessível, especialmente para famílias de renda mais alta, que mostram maior retração na intenção de consumo", observou.

Conforme a ICF, a intenção de consumo em setembro das famílias com renda acima de 10 salários-mínimos teve retração de 0,8%. Já nas de menor renda caiu 0,2%. O recuo na perspectiva de consumo foi ainda mais intenso nas famílias de maior renda (2,5%), enquanto nas de menor renda a retração ficou em 0,6%. "Essa divergência também se manifestou no indicador de emprego atual, com as famílias de maior renda registrando queda de 0,3%, enquanto as de menor renda apresentaram um aumento de 0,8%", completou a CNC.

"Famílias com maiores salários estão mais cautelosas em relação ao emprego e ao consumo futuro, devido à maior seletividade no crédito e à piora na confiança empresarial", avaliou o economista-chefe da CNC.

Ainda assim, segundo a pesquisa, apesar de mais otimistas quanto ao emprego atual, as famílias com menor renda se mantêm cautelosas em relação ao futuro, com queda de 0,2% na perspectiva profissional.

GÊNERO

Outro dado apresentado pela

ICF é que as mulheres ficaram à frente na intenção de consumo. Entre elas, o avanço anual ficou em 1,6%, enquanto entre os homens houve retração de 0,3%. Esse movimento apareceu ainda no indicador que mede a satisfação com o emprego atual, que registrou crescimento de 3,3% para as mulheres e de apenas 0,3% para os homens. "A perspectiva profissional também apresentou diferenças, com uma queda mais acentuada entre os homens (redução de 5,4%), em contraste com uma diminuição de 2,4% entre as mulheres", apontou a entidade.

ACESSO AO CRÉDITO

Ainda em setembro, as mulheres tiveram um avanço de 1,7% em relação ao mesmo mês do ano passado. Entre os homens houve queda de 0,2%. Na avaliação da CNC, o aumento do número de homens com dificuldades em amortizar suas dívidas, conforme aponta a Peic, pode estar por trás desse resultado, o que provocou uma queda de 4,2% na perspectiva de consumo entre o público masculino, enquanto no público feminino ficou em 2,6%. "Esse cenário de maior otimismo entre as mulheres reflete um mercado de trabalho e crédito ligeiramente mais favorável para elas, enquanto os homens enfrentam maiores desafios nos próximos meses", comentou Felipe Tavares.

2024

Mercado eleva para 3% projeção de alta do PIB

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira neste ano subiu de 2,96% para 3%. A estimativa está no Boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a projeção para os principais indicadores econômicos.

A revisão para cima ocorre após a divulgação do Produto Interno Bruto (PIB - a soma dos bens e serviços produzidos no país) do segundo trimestre do ano, que surpreendeu e subiu 1,4% em comparação ao primeiro trimestre. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na comparação com o segundo trimestre de 2023, a alta foi de 3,3%.

Para 2025, a expectativa para o PIB permaneceu em 1,9. Para 2026 e 2027, o mercado financeiro também projeta expansão do PIB em 2%, para os dois anos.

Em 2023, também superando as projeções, a economia brasileira cresceu 2,9%, com um valor total de R\$ 10,9 trilhões, de acordo com o IBGE. Em 2022, a taxa de crescimento havia sido 3%.

A previsão de cotação do dólar está em R\$ 5,40 para o fim deste ano. No fim de 2025, a previsão é que a moeda norte-americana fique em R\$ 5,35.

INFLAÇÃO

Nesta edição do Focus, a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerada a inflação oficial do país - em 2024 passou de 4,35% para 4,37%. Para 2025, a projeção da

inflação ficou em 3,97%. Para 2026 e 2027, as previsões são de 3,62% e 3,5%, respectivamente.

A estimativa para 2024 está acima da meta de inflação, mas ainda dentro de tolerância, que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

A partir de 2025, entrará em vigor o sistema de meta contínua e, assim, o CMN não precisa mais definir uma meta de inflação a cada ano. O colegiado fixou o centro da meta contínua em 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Em agosto, puxado principalmente pelas quedas de preços em alimentos e despesas com habitação, houve deflação de 0,02% no país, após o IPCA ter registrado inflação de 0,38% em julho. De acordo com o IBGE, em 12 meses, o IPCA acumula 4,24%.

TAXA DE JUROS

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 10,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). A alta recente do dólar e as incertezas em torno da inflação fizeram o colegiado elevar os juros pela primeira vez em mais de dois anos.

A última alta dos juros ocorreu em agosto de 2022, quando a taxa subiu de 13,25% para 13,75% ao ano.

CNI

Confiança do empresário industrial avança em todas as regiões do País

SANDRA MANFRINI/AE

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) de setembro mostra uma recuperação da confiança do setor disseminada entre todas as regiões do Brasil, todos os portes de indústria e entre a maioria dos setores industriais. De acordo com o ICEI setorial, divulgado ontem, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em setembro, empresários de 26 dos 29 setores industriais demonstram confiança.

O gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo, destaca que, desde outubro de 2022, não havia otimismo em tantos setores, ao mesmo tempo. Ele credi-

ta o resultado positivo à melhora da percepção dos empresários sobre a economia. "A confiança está bastante espalhada entre os setores industriais. A avaliação dos empresários sobre as condições atuais, de uma forma geral, vinha segurando a confiança, em especial da economia brasileira, mas isso vem melhorando nos últimos meses", explica.

A confiança avançou em todas as regiões do País neste mês. O destaque maior foi para o Sul (+2,3 pontos), seguido do Nordeste (+2,2 pontos) e Norte (+1,6 ponto). A confiança no Sudeste e Centro-Oeste teve alta de 1,3 ponto e 0,7 ponto, respectivamente. De acordo com o levantamento, com

a recuperação do índice, a indústria da região Sul saiu de um patamar de confiança neutro e passa a se situar em um patamar positivo pela primeira vez desde abril.

Com relação aos portes de empresa industrial, houve avanço na confiança em todos eles, sobretudo nas médias e grandes empresas (aumento de 1,7 ponto no ICEI). Nas pequenas empresas, o avanço da confiança foi mais moderado (+0,9 ponto). "Todos os portes de empresa industrial demonstram confiança, e, com o avanço de setembro, essa confiança se mostra mais forte e disseminada", destaca a pesquisa.

A pesquisa mostra que a confiança avançou em 21 de 29 seto-

res industriais em setembro, caiu em sete e não mudou em um. Esse avanço foi suficiente para que seis setores industriais migrassem de falta de confiança para confiança: metalurgia, couro e artefatos de couro, máquinas e equipamentos de couro, produtos de metal, biocombustíveis e equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos.

Outros dois setores fizeram movimentação contrária, saíram de um patamar positivo para um negativo: serviços especializados para a construção e madeira.

A pesquisa foi feita entre os dias 2 e 11 de setembro, com 1.894 empresas, sendo 757 de pequeno porte, 689 de médio porte e 448 de grande porte.

CONTAS PÚBLICAS

Em Nova York, Haddad diz que despesas estão dentro do arcabouço

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Após crescimento no meio do ano, os gastos com a Previdência Social e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) acomodaram-se em agosto e setembro, melhorando as expectativas de o governo cumprir a meta de déficit fiscal zero em 2024, disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Acompanhado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Haddad reuniu-se com representantes de agências de classificação de risco em Nova York.

"Em maio deste ano, estáva-

mos muito preocupados com a evolução (dos gastos) de Previdência e BPC, e essas despesas ficaram mais acomodadas nesse quarto Relatório (Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas). Então a equipe está mais tranquila em relação a isso. E do ponto de vista da receita, as medidas tomadas pelo Senado compensam em parte, pelo menos, a questão da prorrogação da reoneração da folha", declarou Haddad após o encontro.

Divulgado na última sexta-feira e detalhado ontem, o relatório, que orienta a execução do

Orçamento, descongelou R\$ 1,7 bilhão de verbas. A melhoria vem principalmente de fontes de receitas extraordinárias, mas Haddad disse que o governo está fazendo sua parte ao manter os gastos estáveis em relação ao Produto Interno Bruto (PIB).

"Nós divulgamos os dados do quarto relatório (bimestral de receitas e despesas) deste ano, mostrando que as despesas estão absolutamente dentro da regra do arcabouço, limitadas a 2,5% de crescimento [acima da inflação] em relação ao ano passado. Tivemos boas surpresas

nesse quarto relatório", disse.

GRAU DE INVESTIMENTO

O ministro defendeu que as agências de classificação de risco elevem o Brasil a grau de investimento, com selo de garantia de bom pagador e de que o país não corre risco de dar calote na dívida pública. Ele disse que nem os investidores internacionais compreendem a nota atual do país, que está duas classificações abaixo de grau de investimento.

"O Brasil é credor internacional, tem um superávit comercial [em torno] de US\$ 100 bilhões, é o segundo ou terceiro destino de investimentos privados estrangeiros, e está sendo procurado por diversos países e fundos soberanos para apresentar seus projetos de investimento.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE

PLANEJAMENTO

Ministério descarta mudança na meta de déficit zero

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Apesar de frustrações importantes de receitas, como a dos processos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), o governo manterá a meta de déficit primário zero em 2024, com a devida margem de tolerância, disse ontem o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Gustavo Guimarães. Para este ano, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o novo arcabouço fiscal preveem margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB).

Com essa margem de tolerância, o Governo Central - Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central - poderá fechar 2024 com déficit primário de até R\$ 28,75 bilhões. O déficit primário representa o resultado negativo das contas do governo sem os juros da dívida pública.

Apesar de críticas do mercado financeiro à capacidade do governo de cumprir a meta, Guimarães disse que as estimativas estão próximas da realidade. "Fizemos ajuste nas metas dos anos seguintes sem alterar a de 2024. Mesmo após essa mudança, sempre havia algum ruído de que poderia ter alteração de meta este ano. E a gente tem mostrado a cada bimestre todo o esforço do governo para que isso não aconteça, como não vai acontecer", disse Guimarães,

durante entrevista coletiva sobre o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, documento que orienta a execução do Orçamento.

Divulgado na noite de sexta-feira (20), o relatório descongelou R\$ 1,7 bilhão do Orçamento de 2024. O aumento na estimativa de arrecadação fez o governo reduzir para R\$ 28,3 bilhões a estimativa de déficit primário em 2024. O valor é R\$ 400 milhões inferior ao limite mínimo da margem de tolerância para o cumprimento da meta.

O atual marco fiscal exclui da meta os R\$ 38,6 bilhões em créditos extraordinários para reconstruir o Rio Grande do Sul nem os R\$ 514 milhões para o combate a incêndios florestais anunciados na semana passada, assim como outras despesas excepcionais. Sem os gastos fora do arcabouço fiscal, o governo encerraria o ano com déficit primário de R\$ 68,8 bilhões.

CONTABILIDADE

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, reagiu às críticas de que a equipe econômica esteja recorrendo à contabilidade criativa para fechar as contas deste ano. Ele disse que o crescimento econômico acima do previsto e medidas de arrecadação sobre os mais ricos, como a tributação de *offshores* (empresas de investimento no exterior) e de fundos

exclusivos, trarão as receitas necessárias para o governo cumprir a meta.

"Há, de fato, incômodo na equipe econômica quando a gente percebe alguma irracionalidade na repercussão, quando se ignora alguns fatos da realidade, alguns números que se apresentam. O fato é que o fiscal se recuperou e tem superado as expectativas. Isso é um fato. Outro fato é que a economia está surpreendendo em sua performance, também superando expectativas", rebateu.

VALORES A RECEBER

Para liberar o R\$ 1,7 bilhão do Orçamento e reduzir a previsão de déficit primário para R\$ 28,3 bilhões, o relatório elevou as previsões de receitas não administradas diretamente pela Receita Federal. O principal destaque foram R\$ 18,3 bilhões das medidas para compensar a desoneração da folha de pagamento, que entrarão nos cofres federais este ano, R\$ 10,1 bilhões adicionais de dividendos de estatais ao Tesouro Nacional e mais R\$ 4,9 bilhões de *royalties* do petróleo.

Essas receitas extraordinárias compensaram a queda de R\$ 25,8 bilhões na entrada de recursos com o voto de desempate do governo no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão administrativo da Receita Federal. Durigan, no en-

tanto, esclareceu que os R\$ 8,5 bilhões de valores esquecidos no sistema financeiro, que também ajudaram a compensar a desoneração da folha de pagamento, não entraram no relatório.

"Como houve atualização nos códigos e critérios do Banco Central, é preciso hoje que se faça um batimento com a nomenclatura para que não haja dúvida em relação a isso. Como a gente ainda está debatendo esse tema, um ajuste redacional, de que forma ele deve ser feito, ele ainda não foi considerado para fins de relatório bimestral", justificou o secretário-executivo da Fazenda.

DIVERGÊNCIAS

Apesar de aprovada pelo Congresso, a forma de contabilizar os valores esquecidos no sistema financeiro ao Tesouro Nacional opõe a Fazenda e o Banco Central (BC). Para o BC, a transferência dos valores esquecidos para o Tesouro não pode entrar no cálculo da meta zero de déficit primário porque representa dinheiro dos correntistas.

O Ministério da Fazenda alega que há precedentes que permitem a inclusão dos recursos como receitas primárias, como os R\$ 26,3 bilhões parados no antigo Fundo PIS/Pasep. O montante entrou na conta única do Tesouro em dezembro de 2022, com a emenda constitucional da transição.

FÁVARO

Produtores afetados por incêndios terão recursos do RenovAgro

LEANDRO SILVEIRA/AE

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, formalizou ontem, a liberação do uso dos recursos do Programa de Financiamento a Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis (RenovAgro) para produtores rurais afetados pelos recentes incêndios que atingiram parte do território brasileiro. "É uma das linhas de crédito mais atrativas hoje, com dois anos de carência,

juros de 7% ao ano e 10 anos para amortização. Então, os produtores que tiveram suas áreas afetadas por incêndio podem acessar esses recursos", disse.

A formalização se deu encontro na Superintendência Federal de Agricultura e Pecuária de São Paulo (SFA-SP) que reuniu representantes de diversas instituições financeiras, como Banco do Brasil, BNDES, Banco da Amazônia, Caixa, Banco do Nordeste e Bradesco. Um pro-

ductor rural, de Cáceres (MT), foi contemplado com acesso ao crédito.

A linha tinha recurso total no Plano Safra 2024/25 de R\$ 7,7 bilhões, dos quais cerca de R\$ 1,2 bilhão já foram desembolsados, segundo dados do Ministério da Agricultura. Ou seja, ainda restam R\$ 6,5 bilhões a serem captados por produtores rurais.

Segundo Fávaro, durante o encontro, algumas instituições se comprometeram a antecipar a

liberação dos recursos. "O Banco do Brasil já utilizou praticamente todos os seus recursos, 92% até agora. Em 5 de outubro, faremos uma rodada de remanejamento e vamos destinar mais recursos ao Banco do Brasil, pois ele foi muito eficiente. Outros bancos, como Bradesco, Caixa Econômica e cooperativas, também decidiram antecipar tudo para este semestre, para atender os produtores neste momento de necessidade", afirmou.

EXPLORAÇÃO

'Fase quase final', diz ministro sobre licença para margem equatorial

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou ontem que o Brasil está em fase "quase final" para obter a licença para exploração de petróleo na margem equatorial. Localizada no litoral norte do país, a área é tida como novo pré-sal, devido ao potencial de reservas de petróleo.

"O governo que quer cumprir rigorosamente toda legislação ambiental e está em fase quase que final de avançar na possibilidade de, primeiro diagnosticar as nossas riquezas na margem equatorial, e depois, soberanamente, decidir sobre essa exploração", disse a jornalistas, no Rio de Janeiro.

Silveira deu a declaração logo após participar da abertura do ROG e 2024, anteriormente conhecido como Rio Oil & Gas. O evento é um dos maiores da indústria do petróleo e gás no mundo e reúne representantes de empresas nacionais e internacionais e autoridades.

Segundo o ministro, o Brasil é o "celeiro de energias limpas e

renováveis do mundo" e não pode abrir mão da exploração e produção de petróleo.

"O Brasil é a grande potência verde global, nós temos autoridade para dizer que a nossa matriz é plural e não podemos abrir mão dessa pluralidade", declarou.

A margem equatorial abrange uma área que vai da costa do Rio Grande do Norte à do Amapá. A potencial exploração de óleo na região, que inclui a foz do Rio Amazonas, é criticada por ambientalistas, preocupados com possíveis danos ambientais.

A Petrobras pleiteia licença do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), ligado ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, para iniciar com o trabalho de exploração no litoral, que inclui a Bacia da Foz do Amazonas.

MEIO AMBIENTE

O ministro garantiu que a Petrobras vem cumprindo condicionantes ambientais. "A medida que a Petrobras vem cumprindo, a gente vem apoiando

cada vez mais esse licenciamento". Ele não cravou um prazo para a estatal obter a autorização do Ibama.

Silveira enfatizou que a Petrobras é empresa referência mundial na exploração de petróleo *offshore* (no mar) e contou que se encontrou, na semana passada, com representantes do governo indiano interessados em uma parceria com a estatal brasileira para a busca de petróleo em águas profundas e ultraprofundas no Oceano Índico.

"Uma nação imensa como a Índia não confiaria em qualquer um. Eles estão em crescimento acelerado e precisam dos melhores especialistas."

Alexandre Silveira defendeu que, enquanto houver demanda por petróleo no mundo, o Brasil deve se posicionar como produtor global. Atualmente, o país é maior produtor da América do Sul e o nono do mundo.

"Não deixaremos de ser exportadores para sermos importadores, isso não seria justo com brasileiras e brasileiros", disse.

"O presidente Lula não abre mão de aproveitar todas as po-

tencialidades do Brasil para entregar o legado de um país mais inclusivo, e a nossa pluralidade energética é a nossa grande força", completou.

O ministro citou fontes de energia limpa como a hidroeletricidade, solar, eólica, biomassa e biocombustíveis para mostrar que o Brasil está no caminho da transição energética para uma economia com baixo uso de combustíveis poluentes.

HORÁRIO DE VERÃO

Alexandre Silveira aproveitou a conversa com os jornalistas para reforçar que o Brasil não enfrenta risco de insegurança energética e que uma possível volta do horário de verão será tratada pelo governo com "tranquilidade" e levando em consideração o efeito no cotidiano dos brasileiros.

Segundo ele, o adiantamento dos relógios seria uma ferramenta para buscar melhorar o preço da energia ao consumidor. Na última quinta-feira (19), o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) recomendou ao governo a volta da adoção do horário de verão.

Cardeal Tempesta



Orani João Tempesta, O.Cist Arcebispo do Rio de Janeiro

São Pio de Pietrelcina

A devoção a São Pio de Pietrelcina, mais conhecido como Padre Pio, tem se tornado uma das mais profundas e crescentes manifestações da fé católica ao redor do mundo. Celebramos sua memória na liturgia do dia 23 de setembro. A vida extraordinária, marcada por milagres, estigmas, intensa espiritualidade e profunda dedicação pastoral, atraiu milhões de fiéis que o veneram, especialmente em questões de cura e intercessão. São Pio de Pietrelcina nasceu em 25 de maio de 1887, na cidade de Pietrelcina, na Itália, tendo recebido o nome de Francesco Forgione. Desde cedo, demonstrou uma forte inclinação espiritual, com experiências místicas e visões de Jesus e da Virgem Maria. Aos 15 anos, ingressou na Ordem dos Frades Capuchinhos e adotou o nome de Pio, em homenagem a São Pio V. Ordenado sacerdote em 1910, dedicou-se à vida religiosa, marcada por uma profunda união com Deus e um compromisso radical com a oração e a penitência.

A vida de Padre Pio foi singularmente marcada pela experiência dos estigmas, as chagas visíveis de Cristo crucificado, que apareceram em seu corpo pela primeira vez em 1918. Esses estigmas, que ele carregou por 50 anos até pouco antes de sua morte, o tornaram uma figura de enorme impacto dentro da Igreja Católica e um símbolo vivo do sofrimento redentor de Cristo. Além dos estigmas, Padre Pio foi conhecido por outros dons místicos, como o dom da bilocação (estar em dois lugares ao mesmo tempo), leitura de corações e curas milagrosas.

Padre Pio viveu grande parte de sua vida no convento de San Giovanni Rotondo, onde dedicou seu ministério principalmente à confissão e à direção espiritual. Ele faleceu em 23 de setembro de 1968, sendo canonizado pelo Papa São João Paulo II em 2002. Sua devoção se espalhou rapidamente, e hoje São Pio é venerado por milhões de fiéis ao redor do mundo. A devoção a São Pio de Pietrelcina está profundamente enraizada em vários aspectos da espiritualidade cristã, especialmente na teologia do sofrimento redentor, da intercessão dos santos e da vida sacramental. Esses elementos se destacam como fundamentos para a veneração de São Pio e explicam por que tantos fiéis recorrem a ele em busca de auxílio espiritual e físico.

Um dos aspectos mais significativos da vida de São Pio foi sua identificação com o sofrimento de Cristo. A experiência dos estigmas - tradicionalmente vista como sinal da participação de um santo nas dores da Paixão de Cristo - fez de São Pio um modelo de entrega completa à vontade de Deus. Ele suportou as chagas com paciência, sem buscar fama nem atenção, mas sempre vendo esse sofrimento como uma forma de se unir mais profundamente a Cristo.

Portanto, a devoção a São Pio tem um forte componente de espiritualidade ligada ao mistério do sofrimento redentor. Muitos fiéis que enfrentam doenças, perdas ou sofrimentos pessoais recorrem a São Pio como um intercessor que compreende a dor humana e que pode ajudá-los a encontrar sentido em suas provações. São Pio ensinou que o sofrimento, quando oferecido a Deus, pode ter um valor redentor, contribuindo para a salvação própria e de outros, de acordo com o princípio de São Paulo: "Completo na minha carne o que falta às tribulações de Cristo" (Cl 1, 24).

Outro ponto central na vida e na espiritualidade de São Pio foi seu profundo amor pela Eucaristia e pela Confissão. Ele celebrava a missa com uma intensidade que tocava profundamente todos os que dela participavam. Padre Pio via a missa como uma renovação do sacrifício de Cristo no Calvário e, ao celebrá-la, experimentava um grande sofrimento, como se estivesse misticamente unido à crucificação de Jesus. Esse zelo eucarístico faz com que a devoção a São Pio tenha uma dimensão sacramental muito forte, com os fiéis sendo incentivados a participar ativamente da missa e da comunhão. Além disso, São Pio dedicou grande parte de seu ministério ao sacramento da Confissão. Ele passava horas ouvindo confissões, muitas vezes revelando o estado das almas com seu dom de leitura de corações. Ele acreditava profundamente no poder do sacramento da reconciliação para curar e transformar vidas. Essa ênfase no sacramento da Confissão continua a ser uma parte importante da devoção a ele, com muitos peregrinos buscando sua intercessão para a conversão e a cura espiritual.

Como todos os santos, São Pio é venerado como um intercessor diante de Deus. A teologia católica ensina que os santos, estando já na presença de Deus, podem interceder pelos fiéis ainda na Terra. São Pio, com seu ministério focado em aliviar o sofrimento físico e espiritual das pessoas, tornou-se uma figura a quem os católicos recorrem em momentos de necessidade. Muitos relatam graças e milagres obtidos por sua intercessão, especialmente curas físicas e espirituais. A devoção a São Pio, portanto, reflete a crença na comunhão dos santos, que afirma que os membros da Igreja, tanto os vivos quanto os falecidos que estão com Deus, são unidos em Cristo e podem interceder uns pelos outros. Para os devotos de São Pio, ele é um sinal visível da proximidade de Deus e da assistência divina em suas vidas.

A devoção a São Pio de Pietrelcina é vivida de várias maneiras ao redor do mundo, especialmente em peregrinações, orações, novenas e celebrações litúrgicas em sua honra. San Giovanni Rotondo, onde São Pio viveu a maior parte de sua vida e onde seu corpo repousa, é um dos destinos de peregrinação mais populares da Europa, atraindo milhões de fiéis todos os anos. As peregrinações a San Giovanni Rotondo são uma das expressões mais comuns da devoção a São Pio. Os peregrinos vão ao santuário para visitar o túmulo do santo, rezar por sua intercessão e participar de missas e outros eventos litúrgicos. O santuário é conhecido por seu ambiente de intensa oração e fé, e muitos fiéis relatam ter recebido curas e graças especiais após sua visita.

Outra prática devocional comum são as novenas a São Pio, em que os fiéis rezam durante nove dias consecutivos pedindo sua intercessão em causas particulares. Essas novenas são realizadas tanto em igrejas quanto em grupos de oração ao redor do mundo. Além disso, a devoção pessoal a São Pio é frequentemente marcada pelo uso de relíquias, medalhas e imagens, que lembram aos fiéis sua presença e ajuda. São Pio é amplamente invocado pelos fiéis em casos de doença e sofrimento físico. Sua fama de operar curas milagrosas, tanto durante sua vida quanto após sua morte, fez dele um dos santos mais procurados pelos que buscam cura corporal ou espiritual.

PRIMAVERA: Sol com aumento de nuvens a partir da tarde. Não chove.

Manhã



Tarde



Noite



33°

19°



10%



05:55 18:00

INFRINGINDO REGRAS

'Saidinha' de presos: polícia recaptura ao menos 769 em SP

RENATA OKUMURA/AE

cretaria.

Ao menos 769 presos foram recapturados no Estado de São Paulo desde a saída temporária, chamada de "saidinha", concedida na terça-feira passada. Conforme a Secretaria da Segurança Pública, deste número, 206 detentos beneficiados foram flagrados infringindo as regras do benefício entre sábado, 21, e domingo, 22, e recapturados pela Polícia Militar.

Esse é o maior número desde o início da fiscalização e recondução de detentos, que começou em junho de 2023. Nas abordagens, o objetivo é verificar se as regras administrativas do benefício estão sendo cumpridas.

Segundo a SSP, do total de prisões, 293 ocorreram na capital paulista e na região metropolitana, o que representa 38% do total. Outras notificações foram feitas no interior paulista. Desde terça-feira, somente nas cidades no entorno de Ribeirão Preto foram 124 detidos.

Outros municípios também recapturaram presos: Sorocaba (51), São José do Rio Preto (50), Piracicaba (48), São José dos Campos (47), Bauru (44), Campinas (37), Presidente Prudente (33), Santos (28) e Araçatuba (14).

O período do benefício termina às 18 horas de ontem, quando os presos devem retornarem aos presídios. "Quem descumprir será considerado foragido", afirma a se-

cretaria. De acordo com a SSP, acordo da pasta com o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) permite que os policiais tenham acesso às informações dos presos beneficiados. "Desta forma, é possível verificar durante a abordagem se as regras para a saída temporária determinadas pela Justiça estão sendo cumpridas, sem a necessidade de levar o detento até uma delegacia para a elaboração do boletim de ocorrência."

De acordo com a SSP, o Judiciário estabelece que o detento beneficiado pela medida deve permanecer na cidade declarada ao tribunal. "Ele também fica proibido de se ausentar da residência no período noturno, frequentar bares, boates, locais de uso de entorpecentes, envolver-se em brigas, andar armado ou praticar qualquer outro ato considerado grave perante a Justiça", acrescenta a SSP.

O descumprimento resulta na prisão e no retorno ao sistema prisional, conforme portaria publicada pela secretaria, com anuência da Secretaria de Administração Penitenciária, no ano passado. "Os detentos recapturados são encaminhados ao Instituto Médico-Legal (IML) para exame pericial e, em seguida, levados ao sistema prisional", diz a pasta.

Esta é a terceira 'saidinha' do ano. Na última saída temporária de presos, que ocorreu entre 11 e 17 de junho, 677 detentos foram recapturados em todo o Estado.

ELEIÇÕES 2024

Pesquisa AtlasIntel aponta liderança de Boulos com 28,3%

JULIANO GALISI/AE

Altando duas semanas para as eleições municipais de 2024, a nova pesquisa AtlasIntel sobre as intenções de voto para a Prefeitura de São Paulo divulgada nesta segunda-feira, aponta que o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL) tem 28,3%. O candidato do PSOL é seguido pelo influenciador Pablo Marçal (PRTB) e pelo atual prefeito Ri-

cardo Nunes (MDB), com 20,9% cada.

A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos. Os resultados são relativos ao cenário estimulado, em que os nomes dos candidatos são apresentados aos entrevistados.

A seguir, aparecem a deputada federal Tabata Amaral (PSB), com 10,8% de menções, o apresentador de TV José Luiz Datena (PSDB), com 6,9%, e a econo-

mista Marina Helena (Novo), com 3,8%. São 2,2% os que votam branco ou nulo e 5,8% estão indecisos. Altino (PSTU), João Pimenta (PCO) e Ricardo Senese (UP) registram 0,1% de menções cada.

A pesquisa Atlas entrevistou 2.200 eleitores paulistanos entre os dias 17 e 22 de setembro, com nível de confiança de 95%. O registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) segue o protocolo SP-03546/2024.

No levantamento anterior, divulgado em 11 de setembro, o Marçal cresceu fora da margem de erro o total de 8,4 pontos, alcançando 24,4% das intenções e ultrapassando o atual prefeito, que teve 20,1% das menções. Em primeiro lugar estava Boulos, com 28% das respostas. Tabata aparecia com 20,1%; Datena, com 7,2%, e Marina Helena, com 4,7%. Brancos e nulos somavam 2,5% e outros 1,7% não souberam responder.

CAMPANHA

Candidata à prefeitura do Guarujá sofre atentado, e polícia investiga

VINÍCIUS NOVAIS/AE

A candidata à prefeitura do Guarujá (SP) pelo União Brasil, Thaís Margarido, sofreu um atentado a tiros no domingo passado, por volta das 18h, ao voltar de um compromisso da campanha no bairro Santa Cruz dos Navegantes. Ela estava acompanhada da assessora, que dirigia o carro, e de duas crianças. Ninguém se feriu. A candidata registrou boletim de ocorrência, e a Polícia Civil investiga o caso.

Após encerrar uma caminha-

da com apoiadores, a candidata seguiu pela Estrada da Santa Cruz e, em trecho de mata, vários disparos ocorreram contra o veículo. Nota divulgada no Instagram da candidata informa que a assessora acelerou o carro e conseguiu escapar do local. Cinco tiros atingiram a lataria do automóvel.

Além da assessora, Thaís Margarido estava com a filha, de 8 anos, e com a filha do candidato a vereador Nildo Fernandes (União Brasil), de 10 anos.

"Eu não acredito que queremos

me matar, mas me assustar. Só que isso foi muito grave, eu estava com duas crianças no banco de trás. Não compreendo ainda o motivo para isso", escreveu em nota a candidata, que reafirmou que segue na campanha.

Ao *Estadão*, Polícia Civil informou ontem, que a candidata prestou depoimento e que o carro foi apreendido para ser periciado. O caso foi registrado como tentativa de homicídio na Delegacia de Guarujá.

"A Polícia Civil investiga uma tentativa de homicídio contra

uma mulher de 46 anos, ocorrido na noite de domingo no bairro Santa Cruz dos Navegantes, no Guarujá. Na ocasião, a vítima estava em seu veículo com uma mulher de 53 anos e duas crianças de 8 e 10 anos, quando o carro foi atingido por diversos disparos de arma de fogo. Ninguém ficou ferido. A vítima compareceu à delegacia onde prestou depoimento. O carro foi apreendido e passará por perícia. O caso foi registrado como tentativa de homicídio na Delegacia de Guarujá", diz a nota.

Nota

PROMOTORIA DENUNCIA POLICIAIS 'XIXO' E 'BOLSONARO' POR PROPINA DE R\$ 800 MIL

O Ministério Público de São Paulo denunciou 20 pessoas na Operação Face Off por suspeita de corrupção para blindar um esquema de tráfico internacional de drogas. Os policiais civis Valdenir Paulo de Almeida, o "Xixo", e Valmir Pinheiro, conhecido como "Bolsonaro", do Departamento de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico (Denarc), são os principais

denunciados. Eles teriam recebido R\$ 800 mil em propina para arquivar uma investigação sobre o esquema de tráfico, em novembro de 2020. O Estadão busca contato com as defesas. O espaço está aberto para manifestação. Os investigadores encontraram mensagens sobre as negociações, a proposta de vantagem indevida e até o meio de pagamento. Também obtiveram extratos bancários referentes às transferências, operacionalizadas por meio de empresas de confecção, consultoria e locação de veículos. Segundo o MP, os repasses ficaram "amplamente demonstrados". A denúncia atribui ao grupo os crimes de organização criminosa, corrupção e lavagem de dinheiro. Os policiais civis também foram denunciados por cobrarem juros excessivos em empréstimos que ofereciam informalmente, em um esquema de agiotagem.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

REERRATIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 43ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

A CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com registro de securitizadora S1 perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Professor Atílio Innocenti, nº 474, conjuntos 1009 e 1010, Vila Nova Conceição, CEP 04538-001, inscrita no CNPJ sob o nº 41.811.375/0001-19, na qualidade de emissora dos Certificados de Recebíveis Imobiliários em Série Única da 43ª Emissão, vem, por meio do presente reerraticar o Edital de Convocação publicado na edição do jornal Diário do Acionista em versão digital nos dias 10, 11 e 12 de setembro e, em versão impressa, nas mesmas datas, bem como no site da Emissora (www.canalsecuritizadora.com.br) e no sistema fundos.net, que passa a vigorar com o seguinte teor: Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 43ª Emissão da Canal Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 14 de outubro de 2024, às 15:00 (quinze) horas de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital de Convocação. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Autorizar, ou não, a formalização, pela Securitizadora, da Carta de Anuência, anuindo o pedido de Retificação da Área e Georreferenciamento, conforme consta no Item 11 da Nota de Exigência - Protocolo nº 84256 ("Nota de Exigência"). Ressalta-se que o referido protocolo encontra-se atualmente vigente, sendo necessário realizar um novo protocolo que estará sujeito, novamente, à análise do cartório competente; (ii) Em razão do descumprimento do waiver concedido no âmbito da Assembleia Geral de Titulares do CRI, realizada em 12 de dezembro de 2023 ("AGT 12/12/23"), autorizar, ou não, a Recompria Compulsória dos Créditos Imobiliários, nos termos da Cláusula 6.1, item (i) do Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças celebrado entre Ita Power Engenharia SPE LTDA ("Ita"), Canal Companhia de Securitização ("Cessionária"), Susten Energia S.A ("Susten"), Cooperativa de Consumidores de Energia Power Green Ltda. ("Cooperativa"), e Arcos Power Engenharia SPE LTDA ("Arcos") ("Cessão Ita"), e do Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças celebrado entre Arcos, Cessionária, Susten, Cooperativa e Ita ("Cessão Arcos"), em virtude dos seguintes descumprimentos: (a) Datas de Entrega das UVFs dispostas na Seção II do Quadro Resumo dos Instrumentos Particulares de Contrato de Locação de Bem Imóvel para Fins Não Residenciais na Modalidade Atípica e Outras Avenças dc o Anexo II - Projeto Executivo e Cronograma Físico Financeiro das Obras, formalizados entre a Ita Power Engenharia SPE Ltda. e a Arcos Power Engenharia SPE Ltda., com a Cooperativa de Consumidores de Energia Power Green Ltda., tendo como Fidora a Susten Energia S.A. ("Comprovação de Entrega das UVFs para a formalização de pelo menos 10% de comercialização por cento) de comercialização da capacidade total das Usinas(s) até 21/01/2024, conforme Cláusula 6.1. (vii) da Cessão Arcos e Cessão Ita; e (c) recomposição do Fundo de Liquidez, acessado dos Encargos Moratórios, conforme utilizado para pagamento da parcela de remuneração mensal dos CRI, devida nos dias 24/04/2024, 27/05/2024, 25/06/2024 e 25/07/2024, sendo certo que na presente data o saldo mantido seja o valor mínimo do Fundo de Liquidez e acessados da parcela da remuneração e amortização vincenda; (iii) Autorizar, ou não, a Recompria Compulsória dos Créditos Imobiliários, nos termos da Cláusula 6.1, (i) da Cessão Ita e da Cessão Arcos, em virtude do descumprimento da obrigação de entrega das demonstrações financeiras consolidadas, conforme cláusula 8.1. dos referidos contratos; (iv) Caso aprovada a não Recompria Compulsória dos Créditos Imobiliários, nos termos do item (iii) da Ordem do Dia, autorizar a concessão de prazo adicional para entrega das demonstrações financeiras consolidadas em até 5 (cinco) Dias Úteis a partir da data da assembleia, sendo certo que, caso o cumprimento ocorra previamente à data da assembleia, a presente ordem do Dia perderá o objeto, exceto se for deliberado, no item (iii) acima, pela Recompria dos Créditos Imobiliários. (v) Caso aprovada a não Recompria Compulsória dos Créditos Imobiliários, nos termos da Ordem do Dia (i) e (iii) acima, autorizar a concessão de prazo adicional de até 45 (quarenta e cinco) dias a contar da deliberação da assembleia ora convocada, para que seja efetivada a conexão das UVFs às conexões de rede e comercialização de energia, para que o fluxo de recebíveis seja regularizado na Conta Centralizadora ou em nova conta vinculada de titularidade das cedentes, contratada especialmente para tanto, na instituição financeira escolhida pelos Investidores, às expensas do Patrimônio Separado e envio das demonstrações financeiras consolidadas; (vi) Autorizar, ou não, a Recompria Compulsória dos Créditos Imobiliários, nos termos da Cláusula 6.1, (i) da Cessão Ita e da Cessão Arcos, em virtude do descumprimento da obrigação de entrega dos Relatórios de Medição, elaborados pelo Agente de Medição, contratado pelo e às expensas do Cedente; (vii) Caso aprovada a não Recompria Compulsória dos Créditos Imobiliários, nos termos do item (vii) da Ordem do Dia, autorizar a concessão de prazo adicional de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar da deliberação desta assembleia para envio do primeiro Relatório de Medição ("Primeiro Relatório") e até 30 (trinta) dias para entrega do segundo Relatório de Medição ("Segundo Relatório"). (viii) Autorizar, ou não, a Recompria Compulsória dos Créditos Imobiliários, nos termos da Cláusula 6.1, subitem (ii) da Cessão Ita e da Cessão Arcos, em virtude do descumprimento de obrigação pecuniária relativa à recomposição do Fundo de Despesas, Fundo de Liquidez e Fundo de Obra, após notificação enviada pela Emissora em 07 de agosto de 2024 e não sanada no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, conforme Cláusula 5.4 da Cessão Ita e da Cessão Arcos. (ix) Caso aprovada a não Recompria Compulsória dos Créditos Imobiliários, aprovar o prazo de 2 (dois) Dias Úteis, contados da data da assembleia, para que as Cedentes recomprem os respectivos Fundos em montante equivalente, no mínimo, ao Valor do Fundo de Despesas, o Valor do Fundo de Liquidez e o Valor do Fundo de Obras somados, conforme definido nos Documentos da Operação; (x) Aprovar, ou não, a carência para o pagamento das Amortizações Ordinárias, conforme Anexo Cronograma de Pagamentos constante no Termo de Securitização, referente aos meses de setembro a novembro de 2024, mediante cumprimento, pelo Cedente, das condições abaixo estabelecidas, em até 10 (dez) Dias Úteis da data de realização da AGT: (a) Cumprimento integral da Nota de Exigência; (b) Recomposição do Fundo de Liquidez, conforme item (i), subitem "c" da Ordem do Dia, acessado de aporte, pelo Cedente, do valor equivalente às próximas 3 (três) parcelas de pagamentos de juros (PMTs); (c) Envio do Relatório de Medição atualizado; e (d) Protocolo de registro perante o Registro Geral de Imóveis competente da Alienação Fiduciária de Imóvel no imóvel rural, a ser apresentado pelo Cedente, para constituição de uma garantia adicional no âmbito da Emissão. (xi) Ratificar, nos termos da AGT 12/12/23, a autorização para que a Securitizadora possa utilizar qualquer recurso disponível no Fundo de Obras para recomposição do Fundo de Liquidez e do Fundo de Despesas, até que Entrega das UVFs sejam realizadas, ambas estejam conectadas à rede e comercializando energia para a regularização da arrecadação de recursos, no limite máximo de até as próximas 06 (seis) parcelas de remuneração mensal dos CRI. (xii) Ratificar, nos termos da AGT 12/12/23, a autorização para a análise de propostas e contratação de prestação de serviço de terceiros independentes especializados para assessorar os Titulares dos CRIs (i) na auditoria sobre a medição das obras das UVFs, (ii) na consultoria jurídica relacionada à reestruturação da operação, e (iii) em qualquer medida relacionada a eventual cobrança, excussão ou execução de bens, direitos e valores relacionados às garantias e às obrigações garantidas, sempre às expensas do patrimônio separado e com recursos mantidos no Fundo de Obras; (xiii) Autorizar, ou não, a Recompria Compulsória dos Créditos Imobiliários, nos termos da Cláusula 6.1, subitem (ii) da Cessão Ita e da Cessão Arcos, em virtude do descumprimento de obrigação pecuniária relativa ao pagamento da parcela de número 19, devida em 26 de agosto de 2024, nos termos do Cronograma de Pagamentos, constante no Anexo I do Termo de Securitização, não sanada no prazo de cura; e (xiv) Autorização para a Securitizadora e o Agente Fiduciário praticarem todos os atos necessários para a efetivação dos itens deliberados, bem como aditamento aos Documentos da Operação que forem necessários. **INSTRUÇÕES GERAIS:** A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail atendimento@boliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI SUSTEN", observando o disposto no CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima não se apresentar por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.cvm.gov.br>) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para a representação às informações acerca dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados e a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 24 de setembro de 2024

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 104ª (CENTÉSIMA QUARTA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

A CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com registro de securitizadora S1 perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Professor Atílio Innocenti, nº 474, conjuntos 1009 e 1010, Vila Nova Conceição, CEP 04538-001, inscrita no CNPJ sob o nº 41.811.375/0001-19, na qualidade de emissora dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 104ª Emissão da Canal Companhia de Securitização ("Emissora", "CRI" e "Emissão" respectivamente), vem, por meio do presente Edital de Convocação, convocar os Srs. titulares dos CRI ("Titulares de CRI"), nos termos do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 104ª Emissão, em 2 (duas) Séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização Lastreados em Créditos Imobiliários Devidos pela Companhia Imobiliária de Brasília Terracap", celebrado em 21 de maio de 2024, entre Emissora e OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Termo de Securitização" e "Agente Fiduciário", respectivamente), a reunir-se em Assembleia Especial de Titulares de CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia 14 de outubro de 2024, às 16 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares de CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) Aprovar a concessão de waiver para a não declaração de Evento de Vencimento Antecipado, conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) Aprovar a concessão de waiver para a não declaração de Evento de Vencimento Antecipado, haja vista o descumprimento de obrigação não pecuniária, nos termos da Cláusula 6.2.1, item (viii) do Termo da 2ª (segunda) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em 2 (duas) Séries, com Garantia Real, para Colocação Privada da Companhia Imobiliária de Brasília TERRACAP ("Termo de Emissão"), tendo em vista a não conclusão do procedimento de georreferenciamento do imóvel matriculado sob o nº 46.305 do 2º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal ("Imóvel"), bem como em proceder com a averbação do certificado de conclusão na matrícula do imóvel em até 80 (oitenta) dias contados da Data de Emissão ("Averbação do Georreferenciamento"), conforme Cláusula 7.1, item (xvii) do mesmo instrumento; (ii) Caso aprovado o item (i) acima, conceder prazo adicional de 180 dias, contados da presente data, para que a Devedora conclua a Averbação do Georreferenciamento; (iii) Aprovar a concessão de waiver para a não declaração de Evento de Vencimento Antecipado, conforme Cláusula 6.2.1, item (viii) do Termo de Emissão, ante o cumprimento intempestivo de obrigação não pecuniária de (a) notificar os Devedores acerca da Cessão Fiduciária, por correio eletrônico com confirmação de recebimento pelo destinatário, em até 15 (quinze) dias da assinatura do contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido no Termo de Securitização), informando sobre a Cessão Fiduciária, bem como indicar a Conta Centralizadora como único domicílio bancário para pagamento dos Direitos Creditórios ("Notificação de Cessão"), nos termos da Cláusula Sétima, Item (9.1) do contrato de Cessão Fiduciária; (iv) Caso aprovado os itens (i) e (iii) acima, aprovar a liberação de recursos à Devedora, na Conta de Livre Movimento, sem observar o cumprimento do item (v) da Cláusula 4.1.4.1 da Nota Comercial, em até 02 dias úteis da deliberação afirmativa em assembleia, no montante equivalente a R\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais); (v) Aprovar a contratação de novo prestador de serviço para a coordenação da oferta da nova série, tendo em vista que o prestador indicado no Anexo IV da Assembleia de Titulares do CRI ocorreu em 18 de julho de 2024, informou descontinuo este serviço. Sendo assim, considerando que a oferta aprovada na referida assembleia não foi objeto de distribuição nem, tampouco, de registro da distribuição no Sistema de Registro de Ofertas (SRE), o novo prestador deve atender aos seguintes requisitos: (a) estar habilitado perante a CVM para atuar como Coordenador Líder na data de assinatura do contrato de distribuição da nova série; (b) a remuneração devida pelo cedente legal; caso representado por procurador, o procurador deverá ser enviado cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, em poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e b) demais participantes: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular de CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, o procurador deverá ser enviado cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, em poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares de CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos juridico@canalsecuritizadora.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, que será disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (<https://www.canalsecuritizadora.com.br/>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET). A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular de CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação e deverá conter declaração a respeito da existência, ou não, de conflito de interesse entre o Titular de CRI e os (a) matérias objeto da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo computo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular de CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular de CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização. São Paulo, 24 de setembro de 2024.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - Amanda Regina Martins - Diretora

LAVAGEM DE DINHEIRO

Justiça de PE decreta prisão do cantor Gustavo Lima

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A juíza Andrea Calado da Cruz, da 12ª vara criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, decretou ontem a prisão preventiva do cantor Gustavo Lima, cujo nome verdadeiro é Nivaldo Batista Lima, e do empresário Bóris Maciel Padilha no âmbito da Operação Integration, que investiga um esquema de lavagem de dinheiro relacionado à exploração de jogos do bicho e jogos de azar.

No mesmo processo está envolvida a influenciadora e advogada Deolane Bezerra Santos e a mãe dela, Solange Alves Bezerra Santos, além de outros 17 envolvidos.

Além das prisões, foi determinada a indisponibilidade de bens dos envolvidos, visando garantir a reparação dos danos e a eficácia das medidas judiciais. O juízo também manteve todos os decretos de prisão já expedidos anteriormente, incluindo o da influenciadora Deolane Bezerra, e deter-

minou a difusão vermelha junto à Interpol para a captura dos que esteveu foragidos.

Na decisão, a juíza disse que o jogo do bicho, assim como outros jogos de azar, exerce "um impacto devastador sobre as famílias e indivíduos que apontam para a prática de delitos pelos investigados, assim como as pessoas jurídicas envolvidas na suposta organização criminosa".

A juíza também escreveu na decisão que o cantor Gustavo Lima deu guarida a foragidos, demonstrando uma alarmante falta de consideração pela Justiça. A magistrada cita a proximidade do cantor com os foragidos José Anzerra Neto e Asilia Sabrina Truta Rocha.

No dia 7 de setembro deste ano, o avião do cantor retornou ao Brasil, após fazer escalas em Kavala, Atenas e Ilhas Canárias, pousando no dia seguinte no aeroporto de Goiânia. "Curiosamente, José André e Asilia não estavam a bordo, o que indica de maneira contundente que

optaram em permanecer na Europa para evitar a Justiça", escreveu a juíza.

Em outro trecho da decisão, a magistrada diz que a má vontade dos foragidos com forte poder econômico é um fenômeno alarmante que desafia a efetividade da aplicação da lei penal. Esses indivíduos, ao se esquivarem da justiça, demonstram não apenas desinteresse em responder por seus atos, mas também uma tentativa deliberada de manipular o sistema em seu favor. Com recursos financeiros substanciais, eles conseguem sustentar uma vida de fuga, dificultando a ação das autoridades e a consecução da justiça.

A juíza Andrea da Cruz escreveu ainda que tal situação gera um cenário em que a aplicação da lei penal se torna praticamente impossível. "Além disso, o poder econômico pode ser utilizado para influenciar o processo judicial, intimidar testemunhas ou financiar estratégias de evasão, minando ainda mais a inte-

gridade do sistema".

Segundo a juíza, o cantor Gustavo Lima não compareceu a uma convocação da autoridade policial para depor no inquérito.

Ao decretar a prisão preventiva do cantor e de Boris Maciel Padilha, a juíza determinou também a suspensão do passaporte e o certificado de armas de fogo dos acusados.

"A prisão não pode ser vista apenas como uma medida punitiva, mas como um mecanismo de proteção da sociedade e um meio de garantir que a justiça prevaleça. Somente assim será possível evitar que a impunidade se perpetue e que os direitos dos cidadãos sejam efetivamente defendidos", escreveu a magistrada.

A Operação Integration tem como objetivo desarticular um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou grandes quantias através da exploração ilícita de jogos. O processo permanece sob sigilo para garantir a integridade das investigações em andamento.

Juíza que mandou prender cantor destaca 'destruição das famílias' por jogos de azar

FABIO GRELLET/AE

Na decisão de ontem, em que ordenou a prisão do cantor sertanejo Gustavo Lima, suspeito de envolvimento em lavagem de dinheiro oriundo de jogos ilegais e investigado na operação Integration, a juíza Andrea Calado da Cruz, da 12ª Vara Criminal do Recife, afirmou que os jogos de azar exercem "impacto devastador sobre as famílias, atingido de forma mais cruel a classe trabalhadora".

A defesa de Lima informou que vai entrar com habeas corpus contra a prisão preventiva e disse que a decisão não tem "fundamentos legais".

No início da decisão, a juíza trata dos efeitos dos jogos de azar: "É imperioso reconhecer que o jogo do bicho, assim como outros jogos de azar, tem um efeito devastador sobre famílias, atingindo de forma mais cruel a classe trabalhadora, que se vê presa em ciclos de endividamento e desespero. Essas práticas corrompem o tecido social, fomentando a desigualdade e a destruição de famílias".

Gustavo Lima, cujo nome verdadeiro é Nivaldo Batista Lima, é investigado por condutas que indicam a possível prática do crime de lavagem de dinheiro associado ao jogo do bicho e a jogos de azar, como apostas esportivas e cassinos online.

A Operação Integration já provocou a prisão da influenciadora Deolane Bezerra e o dono da bet Esportes da Sorte, Darwin Filho, que negam as acusações. A operação não teve as bets como alvo, mas a lavagem de dinheiro de jogos ilícitos, como o jogo do bicho.

Relatório da Polícia Civil mostrou, por exemplo, a suspeita de que a organização criminosa lavava dinheiro do jogo do bicho por meio da empresa de apostas online Esportes da Sorte.

Andrea trata, na decisão, da conduta da Justiça perante pessoas ricas ou famosas. "O Poder Judiciário não se submete aos clamores populares nem se norreia pela opinião pública, pois sua função é aplicar a lei com imparcialidade e justiça. Não pode, tampouco, ser influenciado pelo poder econômico ou pelo status social dos investigados. A justiça deve ser cega a esses fatores, tratando todos, independentemente de sua posição, com a mesma equidade e rigor, conforme os princípios constitucionais que garantem a isonomia e a imparcialidade na condução dos processos."

Nesse trecho, a juíza discorre sobre sua própria função: "Para ser magistrado e zelar pela justiça, defendendo o Estado e suas instituições, é imprescindível agir com coragem e firmeza, cabe ao Poder Judiciário a coragem de enfrentar interesses obscuros e agir em prol do bem comum".

Depois a magistrada justifica a ordem de prisão contra Gustavo Lima. Após citar diversas transferências bancárias entre uma empresa do cantor e empresas de apostas, Andrea registra: "No dia 1º de julho de 2024, Nivaldo Batista Lima adquiriu uma participação de 25% na empresa Vai de Bet, o que acentua ainda mais a natureza questionável de suas interações financeiras. Essa associação levanta sérias dúvidas so-

bre a integridade das transações e a legitimidade dos vínculos estabelecidos".

GAROTO-PROPAGANDA

A magistrada também cita indícios de que Gustavo Lima tenha ajudado dois outros investigados no inquérito (José André da Rocha Neto, dono da Vai de Bet, e a mulher Aislla Sabrina Henriques Truta Rocha) a fugir da polícia. Eles haviam viajado no mesmo avião com destino à Grécia.

Na volta realizada no dia 7, três dias após a operação, o casal não desembarcou em Goiânia. Para as autoridades, isso sugere que ficaram em algum ponto do trajeto (Grécia ou nas Ilhas Canárias, onde foi feita uma parada). Para a juíza, esses indícios exigem "investigação minuciosa", uma vez que mostram convivência de Lima com os foragidos.

"No dia 7 de setembro de 2024, o avião de matrícula PS-GSG retornou ao Brasil, após fazer escalas em Kavala, Atenas e Ilhas Canárias, pousando na manhã do dia 8 de setembro no Aeroporto Internacional de Santa Genoveva, em Goiânia. Curiosamente, José André e Aislla não estavam a bordo, o que indica de maneira contundente que optaram por permanecer na Europa para evitar a Justiça. Na ida, a aeronave transportou Nivaldo Batista Lima e o casal de investigados, seguindo o trajeto Goiânia - Atenas - Kavala. No retorno, o percurso foi Kavala - Atenas - Ilhas Canárias - Goiânia, o que sugere que José André e Aislla possam ter desembarcado na Grécia ou nas Ilhas Canárias, na Espanha. Esses indí-

cios reforçam a gravidade da situação e a necessidade de uma investigação minuciosa, evidenciando que a convivência de Nivaldo Batista Lima com foragidos não apenas compromete a integridade do sistema judicial, mas também perpetua a impunidade em um contexto de grave criminalidade", escreve Andrea.

Segue a juíza: "Nivaldo Batista Lima, ao dar guarida a foragidos, demonstra uma alarmante falta de consideração pela Justiça. Sua intensa relação financeira com esses indivíduos, que inclui movimentações suspeitas, levanta sérias questões sobre sua própria participação em atividades criminosas. A conexão de sua empresa com a rede de lavagem de dinheiro sugere um comprometimento que não pode ser ignorado".

Em seguida, sem citar o cantor, ela faz uma referência ao poder financeiro dele: "Independentemente de sua condição financeira, ninguém pode se furtar à Justiça. A riqueza não deve servir como um escudo para a impunidade, nem como um meio de escapar das responsabilidades legais. A aplicação da lei deve ser equânime, assegurando que todos, independentemente de sua posição social ou econômica, respondam por suas ações. A tentativa de se eximir das consequências legais por meio de conexões financeiras é uma afronta aos princípios fundamentais do Estado de Direito e à própria noção de justiça".

Por fim, a magistrada determina a prisão. Com a decisão judicial, também ficam suspensos o passaporte e o registro de arma de fogo do artista.

das devem ser substituídas por outras cautelares de que trata o Código de Processo Penal, posto que o lapso temporal necessário ao cumprimento das novas diligências implicaria, inevitavelmente, em constrangimento ilegal", apontou.

"Por evidente, as prisões preventivas já deferidas e executadas devem ser substituídas por outras cautelares de que trata o Código de Processo Penal, posto que o lapso temporal necessário ao cumprimento das novas diligências implicaria, inevitavelmente, em constrangimento ilegal", apontou o MP. Diante do pedido, o desembargador Eduardo Guilhodi Maranhão, acatou "se existem elementos para o oferecimento da denúncia, a prisão dos acusados deve ser imediatamente relaxada sob pena de configuração de constrangimento ilegal", escreveu.

TERRAS INDÍGENAS

Supremo prossegue com conciliação do marco temporal

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) realizou ontem mais uma audiência de conciliação sobre o marco temporal para demarcação de terras indígenas. O dia foi dedicado aos depoimentos de especialistas indicados pelo Congresso Nacional, governo federal e Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

É a segunda reunião promovida pelo ministro Gilmar Mendes, relator do caso, após a Articulação dos Povos Indígenas (Apib), principal entidade que atua na defesa dos indígenas, retirar-se da conciliação.

Na audiência realizada no mês passado, a entidade deixou a conciliação por entender que os direitos dos indígenas são inegociáveis e não há paridade no debate. No ano passado, o plenário do Supremo decidiu a favor dos indígenas e considerou o marco inconstitucional.

Pela tese do marco temporal, os indígenas somente têm direito às terras que estavam em sua posse no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal, ou que estavam em disputa judicial na época.

Após a Apib deixar a conciliação, Mendes decidiu manter os debates mesmo sem a presença dos indígenas. Segundo o ministro, "nenhuma parte envolvida na discussão pode paralisar o andamento

dos trabalhos".

A próxima reunião está marcada para 2 de outubro.

CONCILIAÇÃO

A audiência foi convocada pelo ministro Gilmar Mendes, relator das ações protocoladas pelos partidos PL, PP e Republicanos para manter a validade do projeto de lei que reconheceu o marco e de processos nos quais entidades que representam os indígenas e le-gistas governistas contestam a constitucionalidade da tese.

Além de levar o caso para conciliação, Mendes negou pedido de entidades para suspender a deliberação do Congresso que validou o marco, decisão que desagradou aos indígenas. As reuniões estão previstas para até 18 de dezembro deste ano.

Na prática, a realização da audiência impede a nova decisão da Corte sobre a questão e permite que o Congresso ganhe tempo para aprovar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para confirmar a tese do marco na Carta Magna.

Em dezembro do ano passado, o Congresso Nacional derubou o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto de lei que validou o marco. Em setembro, antes da decisão dos parlamentares, o Supremo decidiu contra o marco. A decisão da Corte foi levada em conta pela equipe jurídica do Palácio do Planalto para justificar o veto presidencial.

ABIN

Agente 'cupincha' de Tarcísio é demitido

VINÍCIUS NOVAIS/AE

O oficial de inteligência da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Fabrício Cardoso de Paiva, foi demitido. Paiva estava licenciado desde 2019 para trabalhar no Ministério da Infraestrutura. Posteriormente, ele participaria da campanha de Tarcísio de Freitas (Republicanos) para o governo do Estado de São Paulo. A demissão foi publicada no Diário Oficial da União assinada pelo ministro da Casa Civil Rui Costa e se apoia no artigo 132 da lei do funcionalismo público que trata de abandono de função.

A Abin e o governador Tarcísio de Freitas foram procurados para comentar o caso, mas não responderam até a publicação deste texto. A reportagem do *Estadão* também não conseguiu localizar Paiva.

Paiva se licenciou da Abin em junho de 2019 para trabalhar no Ministério da Infraestrutura como Coordenador-Geral de Pesquisas e Informações Estratégicas da Subsecretaria de Conformidade e Integridade. Na época Tarcísio de Freitas era o ministro responsável pela pasta. Ambos estudaram na Academia Militar das Agulhas Negras na mesma época, de 1993 a 1996.

Em 2022 Paiva saiu do mi-

nistério quando Tarcísio foi disputar as eleições. Mas, antes de ter outro licenciamento aprovado, deixou o posto para trabalhar na campanha do atual governador. Durante a campanha, o ex-agente se envolveu em uma polêmica ao tentar fazer que um cinegrafista apagasse imagens do evento na favela de Paraisópolis, na zona sul da capital paulista, interrompido por tiros.

Em 17 de outubro, Tarcísio de Freitas visitava Paraisópolis quando sua agenda foi interrompida por um tiroteio. O episódio resultou na morte de um homem identificado como Felipe Lima, de 27 anos. Ele tinha passagens criminais por roubo e tráfico de drogas, apurou o *Estadão* na época.

Durante o ocorrido, Paiva pediu para um cinegrafista apagar as filmagens da confusão causada pelos disparos. O então candidato, Tarcísio, confirmou a história. "Ele pediu o seguinte: 'olha, apaga isso, apaga aquilo', sabe por quê? Preocupação com as pessoas, porque lá tinha equipe de produção, lá tinha outros profissionais, porque a campanha vai acabar, mas a vida das pessoas prossegue, e a preocupação foi com a segurança", justificou no debate da TV Globo para o governo de São Paulo.

Nota

MORAES NEGA COMPARTILHAR COM A CGU PROVAS DO INQUÉRITO DAS JOIAS QUE ATINGE BOLSONARO

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou compartilhar provas do inquérito das joias com a Controladoria-Geral da União (CGU). O órgão pediu acesso a dados de transferências bancárias, mensagens e depoimentos da investigação que atinge o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Moraes justificou que, em sua avaliação, o compartilhamento seria "absolutamente prematuro", porque a investigação ainda não foi concluída. "Ainda que os elementos de prova obtidos nos referidos autos possam interessar a requerente, o deferimento do requerimento, neste momento processual, se revelaria absolutamente prematuro, em razão da existência de diligências em andamento", diz um trecho do despacho.

Desembargador manda soltar Deolane e Darwin Henrique

O tribunal de Justiça de Pernambuco determinou na noite desta segunda-feira, a soltura da advogada Deolane Bezerra, que estava presa preventivamente, na Colônia Penal Feminina, em Buíque, na região do Agreste. A decisão foi determinada pelo desembargador Eduardo Guilhodi Maranhão, da 4ª Câmara Criminal de Recife.

Além de Deolane, o magistrado também pediu a soltura de Darwin Henrique da Silva Filho, CEO da Esportes da Sorte, e da mãe da influenciadora, Solange Bezerra. Os três foram detidos no

âmbito da Operação Integration, comandada pela Polícia Civil de Pernambuco, e que investiga a lavagem de dinheiro de atividades ilícitas, como o jogo do bicho.

Pela mesma operação, a Justiça determinou nesta segunda a prisão do cantor Gustavo Lima, que não foi contemplado com a decisão do desembargador. A defesa do artista diz que o pedido de detenção é "injusta" e sem fundamentos.

Em contrapartida, a decisão se estende para outros indicados, incluindo José André da Rocha Neto, dono da casa de

apostas VaideBet.

A soltura foi um pedido da defesa de Darwin Filho, que argumentou que o Ministério Público de Pernambuco "não ofereceu denúncia" por entender haver a necessidade de mais investigações e provas para determinar a prisão dos indiciados.

Na última sexta-feira, o MP de Pernambuco solicitou à Justiça a substituição das prisões dos investigados na Operação Integration por medidas cautelares até a realização de novas diligências.

"Por evidente, as prisões preventivas já deferidas e executa-

ATLASINTEL

Pesquisa: Paes tem 48,6%, Ramagem, 32%, e Tarcísio, 8,9%

JULIANO GALISIA/E

No Rio de Janeiro, o atual prefeito e candidato à reeleição, Eduardo Paes (PSD), lidera a disputa pelo cargo nas eleições de 2024. Com 48,6% das intenções de voto, Paes tem vantagem de 16,6 pontos percentuais em relação ao deputado federal Alexandre Ramagem (PL), que aparece em segundo lugar com 32%.

Os dados são da pesquisa Atlas/CNN, divulgada ontem. Foram entrevistados 1.600 eleitores do Rio, entre os dias 17 e 22 deste mês. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos e o nível de confiança é de 95%. O levantamento está registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o protocolo RJ-03345/2024.

O deputado federal Tarcísio Motta (PSOL), tem 8,9%, seguido por Carol Sponza (Novo), com 3,4% das intenções de voto. Em seguida, aparecem Marcelo Queiroz (PP), com 0,9%, Rodrigo Amorim (União), com 0,6%, e Juliete Pantoja (UP), com 0,5%. Cyro Garcia (PSTU) e

Henrique Simonard (PCO) registraram 0,1% cada. Outros 2,5% disseram votar branco ou nulo, e 2,7% não souberam responder.

Esta é a primeira pesquisa AtlasIntel divulgada após o registro das candidaturas e depois do início da campanha e da realização dos primeiros debates entre os principais candidatos a prefeito do Rio de Janeiro.

Considerando apenas os votos válidos, ou seja, excluindo os votos brancos e nulos, Paes tem 51,2%, Ramagem, 33,7%, Tarcísio Motta, 9,3%, e Carol Sponza, 3,6%.

SEGUNDO TURNO

Paes vence as duas simulações de segundo turno realizadas pela AtlasIntel. Em uma etapa derradeira do pleito contra Ramagem, o prefeito teria 58% de intenções de voto e o deputado do PL, 36%. Neste cenário, são 3% os que não sabem e 4% votariam branco ou nulo.

Contra Tarcísio Motta, Paes teria 55% ante 16% do candidato do PSOL. São 26% os que votariam branco ou nulo e 3% não sabem.

MARIÁ

MP denuncia deputado por morte de jornalista

CRISTINA INDIO DO BRASIL/ABRASIL

O Grupo de Atuação Especializada de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Gaeco/MPRJ) denunciou o deputado estadual Renato Machado (PT) como mandante do assassinato do jornalista e empresário Robson Giorno, em Maricá, na região metropolitana do Rio. O crime ocorreu em 2019.

"A denúncia foi oferecida no dia 05/07/2024. No momento, não serão fornecidas outras informações", disse o MPRJ sobre o caso.

Em nota divulgada pelo advogado Renan Gavioli, o deputado Renato Machado negou qualquer participação no assassinato denunciado pelo MPRJ. "Cabe destacar que a Justiça sequer analisou a viabilidade da denúncia pelo homicídio do jornalista, uma vez que, ao propor a ação, o MPRJ deixou de juntar documentos indispensáveis pa-

ra a análise pelo juízo sobre a viabilidade da acusação", apontou a nota da defesa do parlamentar divulgada pela assessoria de imprensa de Machado.

A defesa destacou ainda que "a versão da acusação tem por base o depoimento isolado de uma única testemunha, que apresentou quatro versões ao longo da investigação, tendo sido presa em flagrante por falso testemunho, inclusive, pelo próprio delegado".

A nota contesta ainda acusações de peculato e lavagem de dinheiro. "No que toca à acusação pelo crime de peculato e lavagem, o Deputado ainda não foi formalmente notificado sobre o recebimento da denúncia, de sorte que a defesa ainda se pronunciará nos autos a seu respeito; já tendo sido apontadas, todavia, inconsistências e fragilidades da versão da acusação, que certamente serão levadas em conta pela Justiça no momento processual oportuno", concluiu.

PROTESTO

Uerj retoma aulas hoje após desocupação

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

As aulas no Campus Maracanã da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) serão retomadas hoje, informou a assessoria de imprensa da instituição. No último sábado, a Polícia Civil realizou perícia em todo o Pavilhão João Lyra Filho, que fica neste campus Maracanã. Na manhã de ontem, membros da reitoria e direções da Uerj inspecionaram o prédio.

Foram identificadas diversas depredações estruturais como quebra de paredes, portas e pias e também danos a peças do mobiliário. Além disso, a universidade identificou que computadores foram abertos e tiveram seus discos rígidos (HDs) retirados. Os HDs internos continham informações pessoais sensíveis, além de dados de pesquisa. A universidade abriu sindicância para apurar as responsabilidades pelas depredações e também pelo sumiço dos Hds.

Após 56 dias de ocupação, os

estudantes da Uerj foram retirados do Pavilhão João Lyra Filho, principal prédio do Campus Maracanã, na sexta-feira (20). Eles descumpriram o prazo dado pela Justiça para que saíssem do edifício e, com autorização judicial, a Polícia Militar entrou no local para retirá-los.

Houve confronto, policiais usaram bombas de efeito moral, estudantes revidaram com pedras. Estudantes chegaram a ser detidos. O deputado federal Glauber Braga (PSOL-RJ) também foi detido ao defender os estudantes.

Os estudantes protestam contra mudanças nas regras para concessão de bolsas e auxílios de assistência aos alunos. Eles reivindicam a revogação do Ato Executivo de Decisão Administrativa 038/2024, que estabelece, entre outras medidas, que o auxílio alimentação seja pago apenas a estudantes cujos cursos tenham sede em *campi* que ainda não disponha de restaurante universitário.

GUERRA NO ORIENTE

Governo condena ataques que mataram 492 no Líbano

O governo brasileiro condenou ontem "nos mais fortes termos", os contínuos ataques aéreos israelenses contra áreas civis em Beirute, no Sul do Líbano e no vale do Beqaa. O Ministério das Relações Exteriores também recomendou aos brasileiros que deixem a área conflagrada.

Israel e o grupo Hezbollah, do Líbano, têm trocado tiros através da fronteira desde o início da atual guerra em Gaza no ano passado, detonada após um

ataque do Hamas, aliado do Hezbollah, mas Israel intensificou sua campanha militar na última semana. Somente hoje, os ataques causaram ao menos 492 mortes e deixaram mais de 1,6 mil feridos.

Em nota, o Itamaraty lamentou as declarações de autoridades israelenses em favor de operações militares e da ocupação de parte do território libanês e expressou "grave preocupação" diante das exortações do governo israelense para que civis liba-

neses evacuem suas residências naquelas regiões.

"O Brasil renova o apelo às partes envolvidas para que cessem, imediatamente, os ataques, de forma a interromper a preocupante escalada de tensões, que ameaça conduzir a região a conflito de amplas proporções, com severo impacto negativo sobre populações civis".

ASSISTÊNCIA

Segundo o Itamaraty, a em-

baixada do Brasil em Beirute continua prestando assistência e fornecendo as orientações devidas à comunidade brasileira, com a qual mantém contato permanente.

"O governo brasileiro acompanha com preocupação e atenção o impacto do conflito para a comunidade".

Em caso de necessidade, recomenda-se entrar em contato com o plantão consular do Itamaraty por meio do número +55 (61) 98260-0610 (WhatsApp).

Celso Amorim: ataque de Israel ao Líbano é 'tremendamente revoltante'

LUÍS EDUARDO LEAL E ALINE BRONZATI/AE

Em Nova York, o assessor especial do presidente Lula para assuntos internacionais, Celso Amorim, disse ontem, em avaliação "pessoal", que o ataque de Israel ao Líbano foi "tremenda-

mente revoltante" e "muito perigoso", pelo risco de a escalada militar resultar em "guerra total".

"Estamos falando de um lugar com muitos brasileiros", acrescentou, observando também que o Itamaraty já estaria planejando, "com certeza", a retirada de brasileiros. "Já ouvi fa-

lar sobre isso, deles", disse, referindo-se ao Ministério de Relações Exteriores (MRE).

"Hoje a retirada seria ainda mais perigosa" do que foi o caso no passado, acrescentou Amorim, ex-chanceler e que esteve em 2006 no Líbano. "Deu muito trabalho naquela época", quan-

do foram retirados 3 mil brasileiros, observou o ex-ministro, referindo-se à retirada de brasileiros do país, e que, desde então, a situação se agravou, o que tornaria a retirada, hoje, ainda mais complexa, com dificuldade maior para levar brasileiros para Síria ou Turquia, pela fronteira norte.

Irã acusa Israel de buscar guerra ampla e alerta sobre consequências de ataques

O presidente do Irã, Masoud Pezeshkian, acusou Israel de buscar uma guerra ampla no Oriente Médio e alertou sobre as consequências "perigosas" dos ataques aéreos israelenses no Líbano, ontem. Em fala para representantes da mídia, Pezeshkian disse que, embora Is-

rael insista que não quer uma guerra mais ampla, está tomando medidas que mostram o contrário.

"Eles estão nos arrastando para um ponto onde não queremos chegar. Não há vencedor na guerra. Estamos apenas nos enganando", alertou. Pezes-

hkan também disse que o Irã responderá ao assassinato do líder do Hamas, Ismail Haniyeh, "em um momento e lugar apropriados".

Ontem, Israel lançou ataques aéreos no Líbano que mataram mais de 270 libaneses e o primeiro-ministro is-

raelense, Benjamin Netanyahu, gravou uma mensagem para os civis libaneses, pedindo que "saíam do caminho do perigo". "Assim que nossa operação terminar, vocês poderão voltar em segurança para suas casas", disse em mensagem gravada.

ORIENTE MÉDIO

EUA enviarão mais tropas para 'Israel' após aumento de tensão

Os EUA estão enviando tropas adicionais para o Oriente Médio em resposta a um forte aumento na violência entre Israel e as forças do Hezbollah no Líbano, o que aumentou o risco de uma guerra regional maior, disse o Pentágono ontem.

O secretário de imprensa do Pentágono, General Pat Ryder, não forneceu detalhes sobre quantas forças adicionais ou o

que elas seriam encarregadas de fazer. Os EUA atualmente têm cerca de 40mil tropas na região.

"À luz do aumento da tensão no Oriente Médio e por excesso de cautela, estamos enviando um pequeno número de militares americanos adicionais para aumentar nossas forças que já estão na região. Mas, por razões de segurança operacional, não vou comentar ou fornecer deta-

lhes", disse.

As novas implantações ocorreram após ataques significativos das forças israelenses contra alvos dentro do Líbano que mataram centenas e enquanto Israel se prepara para conduzir novas operações. O primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu alertou hoje os civis libaneses em uma mensagem gravada em vídeo para evacuem suas ca-

sas antes de novos ataques aéreos. O Departamento de Estado dos EUA está alertando os americanos para deixarem o Líbano, pois o risco de uma guerra regional aumenta.

"Dadas as tensões, dada a escalada, como destaquei, há potencial para um conflito regional mais amplo. Não acho que cheguemos lá ainda, mas é uma situação perigosa", disse Ryder.

PRESSÃO MUNDIAL

Após asilo de opositor, Venezuela tenta normalizar relações externas

Após o opositor Edmundo González conseguir asilo na Espanha, a Venezuela tenta normalizar as relações externas em meio à pressão contrária dos Estados Unidos (EUA), da Europa e de parte dos países latino-americanos.

Depois que González deixou a Venezuela, frustrando expectativas dos opositores com alguma reviravolta política, o país caribenho voltou a ser alvo de sanções econômicas unilaterais dos EUA. Além disso, o governo voltou a ser acusado de violações de direitos humanos durante os protestos pós-eleitorais, e a Assembleia na União Europeia (UE) reconheceu González como presidente da Venezuela. Enquanto isso, uma operação policial prendeu mercenários acusados de articular o assas-

sinato de Maduro, e foi divulgado documento em que o candidato González acata a decisão do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) que ratificou a reeleição do presidente na votação do dia 28 de julho. Em meio a esses acontecimentos, o governo venezuelano tem buscado se fortalecer no cenário internacional por meio de aliados imunes à influência dos EUA e de negociações com representantes das Nações Unidas (ONU). Nesse sábado (21), o presidente Maduro se reuniu com Gianluca Rampolla del Tindaro (na foto, ao centro), coordenador residente da ONU na Venezuela.

"Conversamos sobre importantes dados detalhados da conspiração que está sendo promovida desde o território estadunidense para provocar violência e ataques terroristas contra a Venezuela", afirmou Maduro em uma rede social. Na última sexta-feira (20), o governo venezuelano afirmou que Maduro e o secretário-geral da ONU, António Guterres, conversaram por telefone em um clima "amigável e fraternal" sobre as tentativas de desestabilizar politicamente o país.

"Ambos os dignatários coincidiram em apoiar as consultas com distintos setores políticos, sociais e econômicos que impulsiona o Governo Bolivariano olhando para o futuro e dissipando qualquer ameaça de desestabilização na Venezuela", destacou o Ministério das Relações Exteriores da Venezuela. Ao mesmo tempo, o chanceler venezuelano, Yvan Gil Pinto,

tem divulgado agendas com diplomatas de países como Rússia, Guiné Bissau e Colômbia.

Para o professor de relações internacionais do Ibmec SP, Alexandre Pires, apesar do esforço do governo venezuelano, a situação é de maior isolamento internacional após saída de González. E, apesar do apoio de países como Rússia e China, a Venezuela continua dependente economicamente dos EUA. "Ela tem aliados políticos, mas não tem aliados economicamente interessantes. Seus principais aliados econômicos sempre foram a América do Norte e a Europa Ocidental. Ela não vai ter como vender o seu gás ou petróleo, por exemplo, para a Rússia, que é um dos grandes produtores e exportadores mundiais.